

ARTIGOS DOSSIÊ

João Henrique Cervantes Falleiros Martins^I
Murilo Seri Fagundes^{II}

Associativismo e identidade na diáspora basca em São Paulo (Séculos XIX-XX): os centros bascos como espaços de resistência cultural e mediação transnacional

Associativism and identity in the Basque diaspora in São Paulo (19th-20th Centuries): Basque centers as spaces of cultural resistance and transnational mediation

RESUMO:



Este artigo analisa o papel do associativismo basco na cidade de São Paulo como estratégia de preservação identitária e de mediação transnacional no contexto da diáspora dos séculos XIX e XX. O estudo parte da constatação de que as comunidades migrantes, ao se organizarem em espaços associativos, constroem mecanismos de coesão social, resistência cultural e diálogo com os países de origem. No caso basco, a fundação do Centro Eusko Alkartasuna (1958) e da Casa Vasco-Brasileira Eusko-Brasildar Etxea (2009) consolidou núcleos de sociabilidade que atuaram na preservação da língua euskera, das práticas culturais e das memórias coletivas em meio ao processo de dispersão. A investigação articula revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas com membros da comunidade, demonstrando que tais associações transcenderam a função recreativa, tornando-se espaços de resistência simbólica frente à repressão política na Espanha e à homogeneização cultural imposta pela globalização. Conclui-se que o associativismo basco em São Paulo exemplifica a resiliência das diásporas contemporâneas, ao projetar no espaço transnacional formas de pertencimento que conciliam tradição e adaptação ao novo contexto social.



Palavras-chave: Associativismo; Diáspora basca; Identidade cultural; São Paulo; Transnacionalismo

ABSTRACT:

This article analyzes the role of Basque associations in the city of São Paulo as a strategy for preserving identity and facilitating transnational mediation in the context of the 19th- and 20th-century diaspora. The study begins with the observation that migrant communities, by organizing themselves into associations, build mechanisms for social cohesion, cultural resistance, and dialogue with their countries of origin. In the Basque case, the founding of the Eusko Alkartasuna Center (1958) and the Basque-Brazilian House Eusko-Brasildar Etxea (2009) consolidated social hubs that worked to preserve the Basque language, cultural practices, and collective memories amid the process of dispersion. The research combines a literature review, documentary analysis, and interviews with community members, demonstrating that such associations transcended a recreational function, becoming spaces of symbolic resistance against political repression in Spain and the cultural homogenization imposed by globalization. It is concluded that Basque associativism in São Paulo exemplifies the resilience of contemporary diasporas by projecting, within the transnational space, forms of belonging that reconcile tradition with adaptation to the new social context.

Keywords: Associative; Basque diaspora; Cultural identity; São Paulo; Transnationalism

^I Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Sagrado Coração; Mestrando em Relações Internacionais, Universidade Federal de São Paulo , Osasco, SP, Brasil.
joaohenriquecfm,  <https://orcid.org/0009-0004-6696-8759>

^{II} Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal do ABC; Professor, Centro Universitário Fieo , Osasco, SP, Brasil.
murilopfagundes@gmail.com,  <https://orcid.org/0000-0001-6535-5417>

INTRODUÇÃO

As migrações internacionais configuram fenômenos estruturantes das sociedades modernas, responsáveis por remoldar identidades, criar territorialidades e instituir vínculos transnacionais. No caso basco, os fluxos migratórios intensificados entre os séculos XIX e XX originaram comunidades dispersas em diferentes continentes, com destaque para a América Latina, os Estados Unidos e a França (Núñez Seixas, 2018; Douglass, 2004). Esses deslocamentos, frequentemente associados tanto a crises econômicas quanto a exílios políticos, suscitaram formas específicas de organização coletiva em diáspora, materializadas, sobretudo, nas associações culturais e de ajuda mútua conhecidas como *Euskal Etxeak*¹ (Álvarez Gila, 2020).

No Brasil, a cidade de São Paulo consolidou-se como o principal polo de concentração da comunidade basca². Nesse contexto, a fundação do Centro Eusko Alkartasuna, em 1958, e posteriormente da Casa Vasco-Brasileira Eusko-Brasildar Etxea, em 2009, não apenas proporcionou espaços de sociabilidade, mas também estruturou mecanismos de resistência cultural e de preservação identitária (Corner, 2020). Tais instituições desempenharam papel crucial na transmissão da língua euskera, na promoção de práticas culturais como a gastronomia e a pelota basca e no fortalecimento

de redes de solidariedade entre migrantes e descendentes.

O problema central que orienta este estudo consiste em compreender de que maneira o associativismo basco em São Paulo atuou como estratégia de preservação da identidade cultural e de mediação transnacional. A hipótese é que, ao constituírem espaços coletivos, essas associações transformaram-se em pilares de resistência simbólica e de continuidade cultural, mesmo diante de desafios como o envelhecimento de seus membros, a diminuição da transmissão intergeracional e as pressões da globalização.

O objetivo geral é analisar o associativismo basco em São Paulo como elemento estruturante da experiência diaspórica. Para alcançá-lo, propõem-se três objetivos específicos: (I) Discutir os conceitos de diáspora, identidade e associativismo à luz da literatura especializada; (II) Examinar o processo de constituição dos Centros Bascos paulistas e suas principais práticas culturais; e (III) Avaliar a contemporaneidade dessas instituições em meio à globalização e à hegemonia das tecnologias de comunicação.

A relevância deste estudo reside em dois pontos principais. Em termos científicos, contribui para os estudos migratórios e de diáspora, ao apresentar o caso basco em São Paulo como experiência singular de resistência cultural e de transnacionalismo identitário. Em termos sociais, lança

luz sobre a importância das associações migrantes para a preservação da diversidade cultural no Brasil, país marcado historicamente por múltiplas ondas de imigração.

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, de caráter histórico-analítico, estruturada como estudo de caso sobre o associativismo basco em São Paulo. O corpus foi constituído por três grupos de fontes: (I) Primárias, como a entrevista realizada com Dolores Martín Rodríguez Corner e documentos institucionais dos Centros Bascos; (II) Secundárias, incluindo literatura clássica e contemporânea sobre diáspora, identidade e transnacionalismo; e (III) Historiográficas e genealógicas, que situam a presença basca no Brasil desde o período colonial. A análise articulou revisão bibliográfica sistemática, exame documental e triangulação com depoimento oral, permitindo integrar perspectiva histórica, sociológica e empírica.

DIÁSPORA E IDENTIDADE: FUNDAMENTOS CONCEITUAIS

O conceito de diáspora, originalmente cunhado no contexto da Antiguidade Clássica, esteve durante séculos associado quase exclusivamente à experiência judaica de dispersão, marcada pela perda da terra natal e pela manutenção da memória coletiva do retorno (Safran, 1991). No entanto, ao longo das últimas décadas, o termo sofreu uma

expansão semântica significativa, passando a designar distintos fenômenos migratórios caracterizados pela permanência de vínculos simbólicos, sociais e políticos entre comunidades dispersas e sua pátria de origem (Cohen, 1997). A diáspora deixou de ser concebida apenas como um deslocamento forçado e passou a ser entendida como um processo dinâmico de construção identitária em contextos transnacionais, envolvendo tanto migrações voluntárias quanto involuntárias, além de fluxos múltiplos e circulares.

Robin Cohen (1997) propôs uma tipologia que diferencia diásporas de caráter clássico — como a judaica, a armênia e a africana — de diásporas de caráter trabalhista, comercial, imperial e cultural. Essa classificação permite compreender a diversidade de experiências diaspóricas, mas mantém como traço comum a construção de laços duradouros com a terra ancestral e a manutenção de uma identidade coletiva que transcende fronteiras nacionais. Safran (1991), por sua vez, enfatiza seis elementos definidores das diásporas: I) dispersão para dois ou mais destinos; II) preservação da memória e do mito da pátria de origem; III) idealização do retorno; IV) manutenção de fronteiras culturais; V) solidariedade com membros dispersos; e VI) inserção ambivalente nos países de acolhida.

No caso basco, tais elementos podem ser claramente observados. A dispersão dos euskaldunes a partir do século XIX, motivada por fatores

econômicos, políticos e sociais, deu origem a comunidades estabelecidas na América Latina, nos Estados Unidos e na Europa, que mantiveram laços permanentes com o País Basco. Como demonstra Núñez Seixas (2018), a diáspora basca construiu mitos compartilhados sobre a pátria ancestral, alimentados pela memória das guerras carlistas e pela repressão franquista, e projetou continuamente a possibilidade de retorno, ainda que simbólico, às “montanhas verdes de Euskadi”. Esse imaginário de retorno, mais do que uma expectativa concreta, tornou-se elemento central da identidade coletiva em diáspora.

A identidade diaspórica, entretanto, não pode ser concebida como algo estático. Stuart Hall (2006) propõe que identidades culturais são construídas no processo, em constante negociação entre tradição e contexto histórico. Na perspectiva pós-estruturalista de Hall, a identidade não é uma essência, mas um ponto de sutura entre discursos e práticas culturais, o que a torna necessariamente múltipla e híbrida. Assim, a identidade basca no exterior foi reelaborada em contato com os países de acolhida, dando origem a formas de pertença que articulam elementos da cultura de origem — como a língua e o associativismo — com práticas adaptadas ao novo ambiente social.

Autores dedicados especificamente ao estudo da diáspora basca, como William Douglass e Gloria Totoricagüena, enfatizam que a identidade

euskaldun em dispersão não se restringiu à nostalgia da pátria perdida, mas se projetou como identidade em movimento, reinventada a partir da interação entre as comunidades bascas no exterior e as redes transnacionais que as conectavam ao País Basco. Douglass (2004) chega a propor o conceito de *Global Vasconia* para descrever o caráter globalizado da diáspora basca, que, ao mesmo tempo em que preserva tradições culturais — como a prática da pelota, a gastronomia e o euskera —, participa ativamente de processos de modernização e integração em sociedades receptoras.

Totoricagüena (2005) acrescenta que a diáspora basca apresenta singularidades que a distinguem de outras experiências migratórias. Diferentemente da diáspora irlandesa, fortemente articulada em torno da religião católica, e da diáspora judaica, estruturada pela religiosidade e pela ideia de “povo eleito”, a diáspora basca fundamentou-se em torno da língua e da cultura, articuladas em redes associativas. O euskera, considerado um dos pilares da identidade basca, adquiriu na diáspora o valor de marcador étnico central, ainda que nem todos os migrantes o dominassem plenamente. Nesse sentido, as associações bascas no exterior funcionaram como espaços de transmissão intergeracional, nos quais práticas culturais e linguísticas foram preservadas como símbolos de pertencimento coletivo (Corner, 2020).

Essa ênfase na cultura e na língua remeta ao que Avtar Brah (1996) denomina “espaço diaspórico” — um campo de múltiplas identidades, no qual tradições herdadas convivem com transformações impostas pelo novo contexto. No Brasil, por exemplo, a identidade basca foi ressignificada em interação com outros grupos ibéricos, como espanhóis e portugueses, bem como com a diversidade étnica do país. O resultado foi a constituição de uma identidade híbrida, mas que manteve como núcleo a memória do País Basco e a valorização das práticas associativas.

Em síntese, os fundamentos conceituais de diáspora e identidade permitem compreender o associativismo basco em São Paulo como um fenômeno que vai além da simples sociabilidade. Trata-se de um processo histórico e simbólico de resistência cultural, no qual as comunidades migrantes articulam práticas de continuidade identitária com a necessidade de adaptação aos novos contextos. Essa tensão entre tradição e adaptação constitui o núcleo da experiência diaspórica e fundamenta a análise proposta neste artigo.

ASSOCIATIVISMO MIGRANTE: ENTRE SOLIDARIEDADE E RESISTÊNCIA CULTURAL

O associativismo constitui uma das expressões mais recorrentes e relevantes das comunidades migrantes. Desde os primórdios das grandes ondas migratórias do século XIX, associações de ajuda mútua, sociedades recreativas e centros culturais emergiram como mecanismos de suporte coletivo diante das adversidades enfrentadas pelos recém-chegados. Essas instituições, em sua maioria fundadas pelos próprios migrantes, funcionaram como espaços de solidariedade, integração econômica e preservação cultural, ao mesmo tempo em que se tornaram ferramentas de resistência frente à assimilação forçada e ao esquecimento das origens (Rocha-Trindade, 2010; Trindade, 2010).

No campo teórico, o associativismo é compreendido como uma forma organizada de sociabilidade, pela qual indivíduos se unem em torno de objetivos comuns, sejam eles econômicos, culturais ou políticos (Viegas, 1986). No caso das diásporas, assume caráter específico, pois não se limita a funções utilitárias: essas associações transformam-se em instrumentos de afirmação identitária, de transmissão intergeracional de valores e de defesa frente a contextos de marginalização ou repressão.

A literatura sobre associativismo migrante enfatiza dois eixos complementares. O primeiro é o eixo da solidariedade, pelo qual as associações oferecem apoio material, emocional e social aos membros da comunidade. Esse aspecto foi central no século XIX, quando muitos migrantes chegavam sem recursos ou redes estabelecidas. As sociedades bascas na Argentina, no Uruguai e no Brasil, por exemplo, criaram caixas de socorro mútuo, ofereceram assistência médica e jurídica, organizaram enterros e mantiveram vínculos de compadrio entre famílias (Álvarez Gila, 2016). O segundo é o eixo da resistência cultural, no qual as associações se tornaram guardiãs da memória e dos símbolos identitários. Nesse sentido, funcionam como espaços nos quais língua, gastronomia, festividades e práticas religiosas são preservadas e transmitidas, mesmo em sociedades receptoras marcadas pela pressão assimilacionista (Corner, 2020).

No caso específico da diáspora basca, o associativismo adquiriu papel estruturante. Como assinala Óscar Álvarez Gila (2020), as Euskal Etxeak não surgiram apenas como espaços de sociabilidade, mas como respostas práticas às necessidades da coletividade migrante. Essas instituições organizaram-se com estruturas formais de gestão, assembleias, cargos diretivos e estatutos, evidenciando a preocupação com a continuidade e a legitimidade institucional. Exemplos paradigmáticos incluem a Euskal Etxea de Buenos

Aires (fundada em 1877), que rapidamente se tornou um modelo de associação transnacional, e o Centro Basco de Boise (fundado em 1911), nos Estados Unidos, que ainda hoje representa uma referência para a diáspora.

Gloria Totoricagüena (2005) observa que as associações bascas tiveram a capacidade de se adaptar às transformações históricas, assumindo funções distintas conforme os contextos. No século XIX, voltaram-se principalmente à integração econômica e à preservação cultural; já no século XX, durante o exílio provocado pela Guerra Civil Espanhola e pelo Franquismo, ganharam um caráter mais político, atuando como espaços de denúncia, solidariedade internacional e resistência. Esse processo é particularmente visível no Brasil, onde o Centro Eusko Alkartasuna, fundado em São Paulo em 1958, foi constituído por exilados que buscavam não apenas manter suas tradições, mas também afirmar publicamente sua identidade frente ao silenciamento imposto pelo regime franquista (Corner, 2020).

Esse caráter de resistência cultural do associativismo pode ser compreendido à luz das contribuições de Edurne Aróstegui (2017), que concebe as associações bascas como parte de uma “comunidade global” articulada por vínculos culturais e históricos. Para a autora, esses espaços possibilitam que migrantes e descendentes vivam uma identidade coletiva que não está circunscrita às

fronteiras geográficas do País Basco, mas que se projeta em diferentes territórios, ressignificando símbolos e práticas culturais. Assim, festividades, danças, a prática da pelota basca e o ensino do euskera não são apenas manifestações folclóricas: são práticas políticas de resistência simbólica.

No plano sociológico, essa função identitária das associações conecta-se à noção de “comunidades imaginadas”, proposta por Benedict Anderson (2008). Os Centros Bascos, ao recriarem elementos da pátria em solo estrangeiro, reforçam um sentimento de pertencimento coletivo, no qual migrantes dispersos se reconhecem como parte de uma mesma comunidade transnacional. Tal dinâmica torna-se particularmente evidente em eventos comunitários, como festivais gastronômicos e celebrações nacionais, que funcionam como rituais de reafirmação da identidade coletiva.

Marcelo Iriani (2019) amplia esse debate ao mostrar que o associativismo basco apresenta um caráter multifuncional, articulando dimensões culturais, políticas e econômicas. Para ele, essas instituições foram fundamentais não apenas na integração dos migrantes às sociedades de acolhida, mas também na construção de um espaço político transnacional, no qual a diáspora participa ativamente da vida pública do País Basco. Essa dimensão transnacional é reforçada por políticas institucionais, como a Lei de Relações com os Centros Bascos de 1994, aprovada pelo Parlamento Basco,

que consolidou um vínculo oficial entre a diáspora e a terra de origem (Corner, 2020).

Portanto, o associativismo migrante, no caso basco, não pode ser reduzido a uma dimensão recreativa. Ele deve ser entendido como prática social que conjuga solidariedade e resistência cultural, articulando processos de integração e de diferenciação simultaneamente. Esses espaços associativos criam redes de pertencimento, transmitem valores intergeracionais, resistem à homogeneização cultural e, ao mesmo tempo, dialogam com as sociedades receptoras, evidenciando o papel central do associativismo na manutenção da identidade diaspórica.

TRANSNACIONALISMO E REDES DIASPÓRICAS

A análise contemporânea das migrações não pode prescindir da categoria do transnacionalismo, que se consolidou como um dos principais referenciais teóricos para compreender os vínculos múltiplos estabelecidos entre migrantes, suas comunidades de origem e os países de acolhida. O conceito emergiu com força a partir dos anos 1990, sobretudo com as obras de Nina Glick Schiller, Linda Basch e Cristina Szanton Blanc (1992), que definiram o transnacionalismo como o processo pelo qual os migrantes constroem e sustentam campos sociais que atravessam fronteiras nacio-

nais. Esses campos não se restringem às dimensões econômicas, como o envio de remessas, mas abrangem também práticas culturais, religiosas, políticas e comunicacionais, configurando um espaço social ampliado.

No mesmo sentido, Alejandro Portes, Luis Garnizo e Patricia Landolt (1999) desenvolveram uma abordagem mais sistemática, sublinhando que o transnacionalismo envolve a institucionalização de redes sociais que ligam comunidades dispersas de forma regular e contínua. Essas redes permitem que os migrantes não apenas mantenham contato com seus lugares de origem, mas também participem ativamente de suas transformações, influenciando políticas, economias e dinâmicas culturais. Steven Vertovec (2009) avança nesse debate ao propor a noção de “transnacionalismo de baixo” (*From Belcw*), em contraposição às dinâmicas promovidas por elites, destacando as práticas cotidianas dos migrantes, como as interações familiares mediadas por tecnologias digitais, o consumo cultural transnacional e as festividades religiosas.

No caso basco, o transnacionalismo é uma chave interpretativa particularmente produtiva. Como demonstram Douglass e Zulaika (1999), a diáspora basca construiu um sistema de redes que, desde o século XIX, articulou solidariedade econômica, preservação cultural e ação política. A fundação de Centros Bascos em Buenos Aires, Montevi-

déu, Nova Iorque ou São Paulo não deve ser entendida como fenômenos isolados, mas como nodos de uma rede global de pertencimento. Essas instituições funcionaram como espaços de interação simbólica e material, por meio dos quais circulavam pessoas, ideias, recursos e práticas identitárias.

Pedro Oiarzabal (2012) evidencia como o advento da internet reforçou a dimensão transnacional da diáspora basca, criando um verdadeiro *webspace* identitário. Plataformas digitais como páginas institucionais, blogs e redes sociais transformaram-se em espaços de sociabilidade nos quais migrantes e descendentes reafirmam vínculos com o País Basco, compartilham conteúdos culturais e organizam atividades comunitárias. Esse fenômeno permitiu ampliar o alcance das associações tradicionais, ao mesmo tempo em que abriu caminho para novas formas de engajamento intergeracional, mais adaptadas às lógicas da comunicação global.

No Brasil, os Centros Bascos de São Paulo constituem um exemplo emblemático dessa lógica transnacional. Como observa Dolores Corner (2020), a criação do Eusko Alkartasuna e da Eusko-Brasildar Etxea esteve diretamente vinculada não apenas ao desejo de preservar a cultura de origem, mas também à necessidade de montar canais ativos de comunicação com o País Basco. A Lei de Relações com as Coletividades e Centros Bascos,

aprovada em 1994 pelo Parlamento Basco, institucionalizou esse processo ao reconhecer oficialmente a diáspora como parte integrante da nação basca, criando mecanismos de financiamento, apoio cultural e promoção política. Dessa forma, as associações paulistas passaram a participar de uma rede global de centros bascos, com encontros periódicos e projetos comuns que reforçam a dimensão transnacional da identidade euskaldun.

O transnacionalismo basco em São Paulo pode ser ilustrado em três dimensões interdependentes. A primeira é a dimensão cultural, manifestada no ensino do euskera, na realização de festividades tradicionais e na preservação de símbolos identitários como o Ikurriña e a pelota basca. A segunda é a dimensão social, marcada pelo acolhimento de novos migrantes e pela manutenção de redes de solidariedade que ultrapassam fronteiras, inclusive com o envio de recursos financeiros e a organização de campanhas de ajuda. A terceira é a dimensão política, expressa no apoio do Governo basco em momentos de repressão franquista e, mais recentemente, na participação em políticas públicas de internacionalização cultural.

Esse triplo registro evidencia que o associativismo basco em São Paulo não se limita à reprodução cultural em âmbito local, mas se insere em redes amplas de transnacionalismo que conferem à diáspora um papel ativo na projeção internacional do País Basco. Trata-se de um fenômeno que

confirma a hipótese de Anna Triandafyllidou (2006), segundo a qual as diásporas contemporâneas não apenas preservam memórias, mas se tornam atores políticos e culturais de alcance global.

Assim, compreender a diáspora basca em São Paulo sob a ótica do transnacionalismo permite evidenciar tanto a resiliência cultural dessas comunidades quanto sua capacidade de se adaptar às transformações globais. Mais do que espaços de memória, os Centros Bascos paulistas são plataformas de articulação transnacional, nas quais se entrelaçam práticas culturais, sociais e políticas que sustentam a continuidade de uma identidade coletiva dispersa, mas profundamente conectada.

O CASO BASCO NO BRASIL: ESPECIFICIDADES E LACUNAS DO ESTADO DA ARTE

A literatura especializada sobre a diáspora basca apresenta um notável desequilíbrio regional. Enquanto a presença basca na Argentina, no Uruguai e nos Estados Unidos tem sido amplamente estudada, com vasta produção acadêmica sobre redes de sociabilidade, práticas culturais e inserção política (Douglass, 2004; Totoricagüena, 2005; Garmendia; Bieter, 2005), o caso brasileiro permanece relativamente marginal no estado da arte. Essa assimetria não reflete a ausência de bascos

no Brasil, mas sim a pouca visibilidade que tais comunidades receberam nos estudos migratórios ibero-americanos.

O pioneirismo de Esteve Ormazábal Insausti (2004) foi fundamental para lançar luz sobre a presença basca no Brasil, especialmente em períodos coloniais e no ciclo bandeirante paulista. Sua investigação, publicada na revista *Ikastaria*, revelou a participação de indivíduos e famílias de origem basca na fundação de vilas, na atuação jesuítica e na expansão territorial do interior paulista. Ainda que relevante, essa contribuição permaneceu pouco explorada em termos de continuidade, deixando abertas importantes lacunas sobre a experiência basca nos séculos XIX e XX.

Nas últimas duas décadas, o trabalho de Dolores Martín Rodríguez Corner (2020) trouxe novas perspectivas ao analisar os Centros Bascos em São Paulo como espaços de sociabilidade, resistência cultural e diálogo transnacional. Sua pesquisa, apoiada em entrevistas e observações etnográfica, destacou a importância de instituições como o Eusko Alkartasuna e a Eusko-Brasilidar Etxea para a manutenção da língua euskera e de práticas culturais como a gastronomia e a pelota basca. Corner também evidenciou a relação dessas associações com políticas do Governo basco voltadas à diáspora, aspecto pouco discutido anteriormente na historiografia.

Apesar desses avanços, os estudos sobre a diáspora basca no Brasil ainda apresentam três lacunas principais. A primeira refere-se à ausência de uma análise sistemática que conecte o associativismo basco no Brasil às teorias contemporâneas de diáspora e transnacionalismo. A maior parte das pesquisas ainda descreve práticas culturais de forma isolada, sem inseri-las em debates mais amplos sobre identidade e redes globais. A segunda lacuna diz respeito à comparação regional: diferentemente da Argentina e do Uruguai, onde a diáspora basca assumiu forte visibilidade social e política, no Brasil a experiência permaneceu restrita a círculos mais fechados, exigindo uma investigação sobre os motivos dessa diferença. Por fim, a terceira lacuna envolve a transmissão intergeracional, pouco abordada nos estudos disponíveis, mas central para compreender os desafios contemporâneos enfrentados pelas associações diante da globalização e da diminuição do interesse das novas gerações.

Esse conjunto de lacunas abre espaço para a presente pesquisa, que busca articular empiria e teoria ao analisar o associativismo basco em São Paulo como fenômeno de resistência cultural e de mediação transnacional. Ao inserir o caso brasileiro no debate internacional sobre diásporas, pretende-se contribuir para a superação da invisibilidade historiográfica e oferecer subsídios para futuras agendas de investigação.

OS BASCOS NO BRASIL: TRAJETÓRIAS HISTÓRICAS E INSERÇÃO SOCIAL

A presença basca no Brasil antecede em séculos os fluxos migratórios dos séculos XIX e XX, inserindo-se já no período colonial. Os registros mais antigos remontam à segunda metade do século XVI, quando figuras como Domingo Arios de Aguirre, alocado em Salvador em 1548, e Pedro de Urzua e Lope de Aguirre, atuando no Maranhão em busca de ouro em 1549, aparecem na documentação colonial (Ormazabal, 2004). Nesse mesmo contexto, destaca-se a chegada do jesuíta navarro José de Azpilicueta Navarro, em 1549, considerado o primeiro euskaldun em território brasileiro. Sua facilidade de comunicação com os indígenas, notada por Manoel da Nóbrega, foi atribuída à semelhança fonética entre o euskera e algumas línguas ameríndias (Ormazabal, 2004). Poucos anos depois, em 1553, José de Anchieta, de ascendência basca, consolidou-se como uma das figuras mais influentes da Companhia de Jesus no Brasil, reforçando a importância de agentes bascos na difusão da fé e na organização social da colônia.

Nos séculos XVII e XVIII, a contribuição basca inscreveu-se também no Ciclo Bandeirante Paulista. Pesquisas genealógicas identificam a presença de famílias como os Leme, Ortiz de Camargo, Sanches, Fernandes e Leite de Sampaio, que integraram expedições de exploração, ocuparam posi-

ções de liderança em vilas e contribuíram para a interiorização da colonização (Ferreira, 1987; Souza, 1998). Essa inserção não se limitou ao plano econômico e militar, mas abrangeu também dimensões religiosas e paroquiais, com descendentes de bascos atuando em irmandades católicas e na fundação de capelas. Como observa John Manuel Monteiro (1994), a dinâmica bandeirante era estruturada por redes familiares e comunitárias, nas quais descendentes de ibéricos não portugueses, como os bascos, tiveram papel relevante.

Já no século XIX, a presença basca deve ser entendida dentro do fluxo mais amplo da imigração espanhola ao Brasil. Estima-se que entre 1880 e 1930 mais de 700 mil espanhóis tenham migrado para o país, atraídos pela expansão cafeeira paulista e pelas políticas de incentivo pós-abolição (Holloway, 1980; Livinau, 2009). Entre eles, havia contingentes bascos, cuja chegada se explica tanto pela crise agrária e pelo sistema de herança que limitava oportunidades no País Basco, quanto pela expectativa de ascensão econômica no ultramar (Álvarez, 2007). Ao contrário de italianos e alemães, muitas famílias espanholas, incluindo bascas, não permaneceram nas fazendas por longos períodos: migraram rapidamente para os centros urbanos, onde encontraram nichos no comércio, em ofícios manuais e na incipiente indústria paulistana (Fausto, 2006).

O século XX marca a consolidação de São Paulo como polo da diáspora basca no Brasil. Além da continuidade dos fluxos migratórios de base econômica, o contexto político espanhol, especialmente a Guerra Civil (1936-1939) e a ditadura franquista (1939-1975), impulsionou a chegada de exilados bascos. Nesse ambiente, surgiram as primeiras organizações explicitamente voltadas à preservação cultural e identitária. O Centro Eusko Alkartasuna, fundado em 1958 às margens da represa Billings, foi concebido por exilados como espaço de sociabilidade e resistência frente à repressão cultural na Espanha (Corner, 2020). Décadas depois, em 2009, a inauguração da Eusko-Brasildar Etxea, no bairro Tremembé, consolidou uma nova geração de associativismo, centrada especialmente no ensino do euskera e na promoção de atividades culturais.

Essa trajetória evidencia que a presença basca no Brasil não foi episódica nem residual, mas constituiu uma contribuição histórica multifacetada, que abrangeu desde a colonização e o bandeirantismo até os fluxos migratórios modernos. No entanto, como observa Núñez Seixas (2018), ao contrário de países como Argentina e Uruguai, a diáspora basca no Brasil não alcançou a mesma visibilidade demográfica ou política, permanecendo restrita a núcleos menores e menos estudados. Justamente por isso, o caso brasileiro constitui um campo fértil para investigações que busquem com-

prender como identidades minoritárias se preservam em contextos de dispersão e como o associativismo atua como ferramenta de continuidade cultural.

OS CENTROS BASCOS EM SÃO PAULO: ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA CULTURAL E MEDIAÇÃO TRANSNACIONAL

A experiência associativa da diáspora basca em São Paulo condensa, em escala local, os mecanismos pelos quais comunidades migrantes preservam continuidades simbólicas, organizam sociabilidades e constroem pontes institucionais com a terra de origem. A fundação do Centro Eusko Alkartasuna e, décadas depois, da Eusko-Brasildar Etxea instituiu dois polos de sociabilidade cuja trajetória revela a dupla vocação do associativismo diaspórico: por um lado, resistência cultural frente à assimilação e ao silenciamento político; por um lado, resistência cultural frente à assimilação e ao silenciamento político — função que o Centro Eusko Alkartasuna (1958) exerceu de forma mais aguda em seu período fundador, marcado pelo exílio franquista; por outro, mediação transnacional entre Brasil e o País Basco, função aprofundada pela Eusko-Brasildar Etxea (2009) em um contexto de democratização e institucionalização das políticas

de diáspora (Vertovec, 2009; Oiarzabal, 2012; Corner, 2020).

Centro Eusko Alkartasuna (1958): Gênese, Exílio e Sociabilidade Política-Cultural

A criação do Eusko Alkartasuna, às margens da represa Billings, ocorreu em um contexto marcado pela memória da Guerra Civil Espanhola e pelo regime de Franco. Exilados e descendentes mobilizaram redes familiares e de amizade para consolidar um espaço de encontro, apoio e preservação de símbolos identitários — bandeira, língua, festas, pelota, gastronomia — que, na Espanha franquista, sofriam restrições (Corner, 2020). A sociabilidade do clube combinou dimensões recreativas e cívicas: almoços comunitários, torneios, aulas formais de euskera e celebrações de datas do calendário basco funcionaram como rituais de coesão e como afirmação pública de uma diferença étnico-cultural legítima. Em termos organizacionais, adotou-se estatuto, diretoria eleita e assembleias, aproximando o centro dos padrões de governança associativa vistos em Buenos Aires e Montevideú (Douglass, 2004; Álvarez Gila, 2016).

Do ponto de vista analítico, o Eusko Alkartasuna materializou o associativismo como resistência cultural: a manutenção de práticas, signos e memórias operou como contraponto simbólico à homogeneização nacionalista espanhola e, si-

multaneamente, como estratégia de integração digna no Brasil. A gramática dessa resistência seguiu o que a literatura descreve como “dinâmica cultural associativa”, com forte investimento em rituais, símbolos e transmissão intergeracional (Viegas, 1986; Trindade, 2010). A presença de exilados imprimiu ao centro um traço público de denúncia e solidariedade, conectando São Paulo a redes de apoio político-cultural no exterior (Totoricagüena, 2005).

Eusko-Brasildar Etxea (2009): Renovação Geracional e Institucionalização Transnacional

A Eusko-Brasildar Etxea emergiu em 2009 no bairro do Tremembé, em um cenário pós-transição democrática na Espanha e de consolidação de políticas do Governo basco para a diáspora. O centro assumiu perfil pedagógico-cultural acentuado: cursos de euskera, oficinas, eventos gastronômicos abertos, celebrações públicas e participação em redes digitais ampliaram o alcance comunitário e favoreceram a entrada de descendentes jovens (Oiarzabal, 2012; Corner, 2020). Essa virada geracional ocorreu sob uma moldura institucional mais clara: a Lei de Relações com as Coletividades e Centros Bascos (1994) reconheceu oficialmente os centros no exterior, criou instrumentos de apoio e incentivou projetos culturais e linguísticos

com padrão de prestação de contas e metas (Corner, 2020).

No plano organizacional, a Eusko-Brasildar Etxea aprofundou parcerias horizontais com outras *Euskal Etxeak* e com órgãos bascos responsáveis pela diáspora, internalizando rotinas de planejamento, elaboração de projetos e difusão digital. A ênfase em atividades abertas ao bairro e a outras coletividades ibéricas facilitou a interculturalidade, reduzindo barreiras de entrada e convertendo o centro em plataforma de mediação cultural entre São Paulo e Euskadi.

Práticas Culturais, Língua e Rituais: Dispositivos de Continuidade Identitária

A análise comparada das práticas dos dois centros evidencia um núcleo duro de reprodução identitária: ensino e valorização do euskera, calendário festivo (danças, músicas, gastronomia), pelota, sociabilidade familiar e rede de apoio a novos membros. Essas práticas atuam como dispositivos de fronteira simbólica, no sentido de que distinguem, sem segregar, e constroem pertencimento por adesão a signos e rotinas compartilhadas (Brah, 1996; Hall, 2006). Ao institucionalizar cursos e certificações linguísticas, os Centros se converteram a língua em capital cultural transmissível, elevando seu status entre descendentes e interlocutores externos. A gastronomia — *pintxos*, *txuleton*,

txajoli — tornou-se linguagem pública de identidade, apropriada por eventos de porta aberta e parcerias com circuitos culturais paulistas, com forte efeito de reputação.

Governança, Financiamento e Relações com o País Basco

A governança associativa segue o padrão de direção eleita, prestação de contas e estatutos, com comissões temáticas (cultura, língua, eventos). O financiamento combina mensalidades, eventos, doações e apoios institucionais vinculados a editais e programas de promoção cultural e linguística. A partir de 1994, a relação formal com o Governo basco ganhou previsibilidade, mas também exigências de gestão: desenho de projetos, indicadores, relatórios e metas (Corner, 2020). Essa institucionalização fortaleceu a capacidade de ação dos Centros, porém introduziu desafios típicos de organizações da sociedade civil: profissionalização de rotinas, renovação de quadros, sustentabilidade financeira e *compliance* documental.

Imperativos Contemporâneos: Demografia, Intergeneracionalidade e Ecosistema Urbano

Os dois Centros enfrentam problemas comuns às coletividades étnico-culturais em grandes metrópoles: envelhecimento de lideranças, tempo

escasso de voluntários, competição por atenção no ecossistema cultural urbano, custos de sede e transmissão intergeracional da identidade (Vertovec, 2009; Álvarez Gila, 2020). A taxa de uso do euskera entre descendentes é heterogênea, e a adesão juvenil depende de formatos híbridos que combinem presencial e digital, linguagem inclusiva e itinerários de aprendizagem flexíveis. A proximidade com outras coletividades ibéricas oferece oportunidades de coalizões culturais e projetos compartilhados, mas também dilui fronteiras, exigindo curadoria identitária que evite a folclorização.

Triangulação Empírica com Fonte Primária: Entrevista com Dolores Martín Rodríguez Corner

O material empírico desta pesquisa inclui entrevista inédita concedida por Dolores Martín Rodríguez Corner, cuja trajetória acadêmica e experiência de campo em São Paulo oferecem insights interpretativos para os dois Centros. Os depoimentos destacam: (I) A memória viva do exílio como fator de coesão simbólica no Eusko Alkartasuna; (II) A centralidade do euskera e de estratégias de abertura pública na Eusko-Brasildar Etxea; (III) A importância de parcerias institucionais para sustentabilidade; e (IV) A urgência de planos de sucessão e de formação de novas lideranças (Entrevista com Dolores Martín Rodríguez Corner, material do

autor). A triangulação entre a entrevista, a literatura e os registros institucionais reforçam a tese de que os Centros paulistas operam como nodos transnacionais de uma rede global euskaldun, combinando preservação identitária com inovação organizacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da diáspora basca no Brasil, com ênfase em São Paulo, revela que o associativismo foi mais do que um espaço de sociabilidade: constituiu-se como instrumento de resistência cultural, preservação identitária e mediação transnacional. Desde os primeiros registros coloniais até a fundação do Eusko Alkartasuna em 1958 e da Eusko-Brasildar Etxea em 2009, observa-se um fio de continuidade marcado pela valorização da língua, da memória e das práticas comunitárias.

Os Centros Bascos paulistas assumiram papéis multifuncionais: acolheram exilados, reforçaram laços simbólicos com o País Basco, criaram redes de solidariedade e projetaram a identidade basca no espaço público brasileiro. A análise demonstra que, apesar de menor visibilidade numérica em comparação a outras diásporas ibéricas na América do Sul, a experiência basca no Brasil possui singularidades que enriquecem o campo dos estudos migratórios, sobretudo pela capacidade

de articular tradição e inovação em contextos urbanos e globais.

Entre os principais imperativos contemporâneos identificados estão a renovação geracional, a sustentabilidade financeira das associações e a transmissão do euskera em meio à globalização cultural. Ainda assim, as estratégias híbridas de atuação — combinando práticas presenciais, eventos abertos e redes digitais — apontam caminhos promissores para a continuidade da comunidade no século XXI.

Do ponto de vista científico, este estudo contribui ao inserir o caso brasileiro no debate internacional sobre diásporas, respondendo a lacunas historiográficas e teóricas. Do ponto de vista social, valoriza-se a diversidade cultural e a relevância das associações migrantes para a construção de um Brasil plural. Futuras pesquisas poderão ampliar o escopo comparativo, explorar outras fontes orais e examinar como os Centros Bascos se articulam com políticas públicas de cultura e imigração no Brasil e no País Basco.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas:** reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARÓSTEGUI, Eurne. **Identidad y Migración:** el caso de los vascos en América. Madrid: Editorial Síntesis, 2017.

ÁLVAREZ GILA, Óscar. **La diáspora vasca:** migración e identidad cultural. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2020.

ÁLVAREZ GILA, Óscar. De una emigración regional a una colectividad nacional. Imagen y proceso en la construcción identitaria de la diáspora vasca en el Río de la Plata. **Revista dell'Istituto di Storia dell'Europa Mediterranea**, n. 17, v. 1, pp. 1-18, 2016. DOI: 10.7410/1208.

ÁLVAREZ, José Leonardo. A emigração espanhola no Brasil: identidades, inserção e redes de sociabilidade. In: MUNÃIZ, Manuel; SOUTO, Mário (Orgs.). **Migrações Ibéricas:** identidades em movimento. São Paulo: Humanitas, 2007.

BRAH, Avtar. **Cartographies of diaspora:** contesting identities. London: Routledge, 1996.

- COHEN, Robin. **Global diasporas: an Introduction**. London: Routledge, 1997. <https://www.routledge.com/9780415275000/Global-Diasporas-an-Introduction/9780415275000>. Acesso em: 29 de setembro de 2025.
- CORNER, Dolores Martín Rodríguez. La diáspora vasca a São Paulo — Associationism, Culture and Identity. **XXIII Coloquio de Historia Canario-Americana**, Las Palmas de Gran Canaria, v. XXIII, n. 030, pp. 1-9, 2020. Disponível em: <https://revistas.grancanaria.com/index.php/CHCA/article/view/10427>. Acesso em: 28 de setembro de 2025.
- DOUGLASS, William A.; ZULAIKA, Joseba. **Basque Culture: anthropological perspective**. Reno: Basque Studies Program, University of Nevada Press, 1999.
- DOUGLASS, William A. **Global Vasconia: the Basque diaspora in the world**. Reno: University of Nevada Press, 2004.
- ENTREVISTA concedida por Dolores Martín Rodríguez Corner ao autor. Brasil: São Paulo, 2025.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**, 12ª Ed., São Paulo: Edusp, 2006.
- FERREIRA, Tito Lívio. Origens bascas dos sobrenomes paulistas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, v. 103, pp. 89-114, 1987. Disponível em: <http://ihgsp.org.br/wp-content/uploads/2018/02/Vol-89.pdf>. Acesso em: 29 de setembro de 2025.
- GLICK SCHILLER, Nina; BASCH, Linda; SZANTON BLANC, Cristina. **Towards a Transnational perspective on migration: race, class, ethnicity, and nationalism reconsidered**. New York: New York Academy of Science, 1992.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HOLLOWAY, Thomas H. **Immigrants on the land: Coffee and Society in São Paulo, 1886-1934**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1980.
- IRIANI, Marcelo. **Redes Transnacionales y Asociativismo en la diáspora vasca**. Buenos Aires: Editorial Euskal Herria, 2019.
- LIVINAU, Roberto (Org.). **Justiça, cidadania e democracia**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009.
- MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

- NÚÑEZ SEIXAS, Xosé Manoel. **Las diásporas en la historia moderna y contemporánea**. Madrid: Marcial Pons, 2018.
- OIAZABAL, Pedro J. **The Basque diaspora web-space: identity, nation, and homeland, 1990s-2010s**. Reno: University of Nevada Press, 2012.
- ORMAZABAL, Estebe. Brasilgo euskaldunak. Historia ezezagun bati gerturatzea/Los vascos de Brasil. Aproximación a una historia desconocida. **Ikastaria**, n. 13, pp. 141-149, 2004. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1028679>. Acesso em: 29 de setembro de 2025.
- PORTES, Alejandro; GUARNIZO, Luis Eduardo; LANDOLT, Patricia. The study of transnationalism: pitfalls and promise of na emergent Research field. **Ethnic and Racial Studies**, v. 22, n. 2, pp. 217-237, 1999. DOI: 0.1080/014198799329468.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. Associativismo em contexto migratório. **Revista Migrações**, n. 6, pp. 39-58, 2010.
- SAFRAN, William. Diasporas in moderna Societies: Myths of homeland and return. **Diaspora: A Journal of Transnational Studies**, v. 1, n. 1, pp. 83-99, 1991.
- SOUZA, Paulo Valadares de. **Genealogia paulistana revisitada**. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, 1998.
- TOTORICAGÜENA, Gloria. **Basque diaspora: migration and Transnational Identity**. Reno: University of Nevada Press, 2005.
- TRIANDFYLLIDOU, Anna. Contemporary Polish migration in Europe: complex Patterns of movement and settlement. **International Social Science Journal**, v. 58, n. 3, pp. 223-237, 2006. DOI: <https://cadmus.eui.eu/handle/1814/6567>. Acesso em: 28 de setembro de 2025.
- TRINDADE, Maria Beatriz Rocha. **Associativismo em contexto migratório**. Lisboa: ACIDI, 2010.
- VERTOVEC, Steven. **Transnationalism**. London: Routledge, 2009.
- VIEGAS, José Manuel Leite. **Associativismo e dinâmica cultural**. Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, 1986.

NOTAS

¹Euskal Etxeak significa, em Euskera (língua basca), “Casas Bascas” ou “Casas do País Basco”. Trata-se do nome genérico dado às associações culturais fundadas por membros da diáspora basca ao redor do mundo, com o propósito de preservar a língua, a cultura e os laços identitários com o País Basco.

²Por “comunidade basca” entende-se o conjunto de indivíduos de origem basca — provenientes do País Basco histórico, território que abrange parte do norte da Espanha (as províncias de Álava, Guipúzcoa e Vizcaya, além de parte de Navarra) e do sudoeste da França (a região do País Basco Francês, ou Iparralde) — e seus descendentes estabelecidos no Brasil. Diferentemente de outras comunidades ibéricas, os bascos possuem identidade linguística e cultural própria, distinta tanto do espanhol quanto do francês.